

# TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO: IMPLANTAÇÃO, ADAPTAÇÃO, E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DA ROTINA POLICIAL

INFORMATION TECHNOLOGY: DEPLOYMENT, ADAPTATION, AND TECHNOLOGICAL DEVELOPMENT THE POLICE ROUTINE

FILHO, Hélio Pereira de Souza<sup>1</sup>  
OLIVEIRA, Ricardo Vilaverde de<sup>2</sup>

## RESUMO

Este estudo tem como finalidade demonstrar a relevância da tecnologia da informação para transmitir e até implementar planejamentos para a PMGO diante das dificuldades que percorrem todo o estado de Goiás. Portanto, buscou-se desenvolver uma pesquisa de revisão bibliográfica, relacionando o uso da tecnologia para proporcionar conhecimentos e facilitar o trabalho desenvolvido pela polícia militar, utilizando fontes de artigos, teses, livros e outros para uma maior abordagem sobre o tema. Analisamos que os meios de gestão das instituições assume cada vez mais relevância nas funções exercidas pela polícia, permitindo novos métodos para o desenrolar avanço deste processo. Diante disso, a atividade de inteligência deve ser vista como um sistema em fase de adaptação, uma vez que para sua perfeita construção é necessário organização para que dessa forma haja a melhoria no que tange a segurança pública do Estado e do cidadão.

Palavras-chave: Tecnologia. Informação. Estado. Polícia Militar.

## ABSTRACT

The purpose of this study is to demonstrate the relevance of information technology to transmit and even implement PMGO planning in the face of the difficulties that go through the entire state of Goiás. Therefore, we sought to develop a bibliographic review research, relating the use of technology to provide knowledge and facilitate the work done by the military police, using sources of articles, theses, books and others for a greater approach on the subject. We analyze that the means of management of the institutions assumes more and more relevance in the functions carried out by the police, allowing new methods for the progress of this process. In view of this, the intelligence activity must be seen as a system in the phase of adaptation, since for its perfect construction it is necessary to organize so that there is improvement in what concerns the public security of the State and of the citizen.

Keywords: Technology. Information. State. Military police

---

<sup>1</sup> Aluno do Curso de Pós Graduação em Polícia e Segurança Pública do Comando da Academia da Polícia Militar de Goiás – CAPM, heliosouzafilho.adm@gmail.com; Rio Verde-GO, junho de 2018.

<sup>2</sup> Professor orientador: Mestrando professor do Programa de Pós-Graduação e Extensão do Comando da Academia da Polícia Militar de Goiás – CAPM, rvilaverde@gmail.com; Goiânia-GO, junho de 2018.

## 1 INTRODUÇÃO

Sabemos que a principal tarefa da polícia militar é resguardar a sociedade e zelar pela organização pública, trabalhando na prevenção de novos atos ilícitos através de um policiamento ostensivo e preventivo.

A tecnologia da informação surge pela necessidade de se obter mais celeridade nas ações policiais, como exemplo disso, destaca-se o policiamento estático e o patrulhamento em ocorrências especiais, uma vez que durante essas ações são recebidas muitas informações, as quais deverão ser devidamente armazenadas.

Apesar disso, hoje em dia as instituições policiais ainda necessitam de um progresso relevante para a organização nesta área, pois a parte que se refere à informática das Companhias ainda encontra muitas falhas e uma grande urgência de reparos.

Seguindo esse pensamento, o atual trabalho preza pela tecnologia da informação sendo um fundamento para o início de uma mudança na área tecnológica da polícia militar. O processo de adesão ao uso da tecnologia da informação promove a transformação organizacional das Companhias Militares trazendo agilidade no desenvolvimento das atividades policiais.

Essa adesão não precisa ser julgada de forma tendenciosa, ou seja, como se fosse somente uma adequação no âmbito interno das instituições ao local, até porque ele mexe em dispositivos mais graves, sendo eles as ligações de autoridade nas instituições.

Desta maneira, o intuito deste trabalho nada mais é do que analisar a importância de modernizar a tecnologia da informação no ambiente de trabalho da PM, associando métodos sociais e fundamentais para a perfeita organização do trabalho desempenhado pelos policiais militares espalhados pela sociedade.

Para tentarmos alcançar o sucesso esperado, desenvolvemos uma pesquisa bibliográfica, descritiva, com a ajuda de repertórios que pretendem expor ensinamentos de diversos autores que já escreveram a respeito do mesmo tema. Buscou-se harmonizar os meios bibliográficos encontrados, que contou com pensamentos explícitos em livros, outros artigos científicos que já foram publicados, bem como a legislação vigente atualmente no país.

## 2 REVISÃO DE LITERATURA

### 2.1 A TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E A POLÍCIA MILITAR

A tecnologia é um recurso fundamental para preservar a perfeição na operacionalidade da Polícia Militar, especialmente devido ao fato de auxiliar na questão do período de trabalho, quando se refere à transmissão de informações entre os policiais.

A partir disso, é pertinente observar algumas variações relacionadas ao policiamento ostensivo e sua ligação com as tecnologias da informação e da comunicação, como será tratado a seguir.

### 2.2 POLICIAMENTO OSTENSIVO – CONCEITO

Conforme entendimento de Sampaio (2010), o policiamento ostensivo é aquele em que se procura controlar o crime, por meio de uma repetição constante de controle, que sustenta um atendimento útil em relação às carências da comunidade local.

É através deste modo de policiamento que a polícia militar busca obter soluções mais positivas e minimizar os índices de criminalidade, observando-se o aspecto preventivo deste modelo de estratégia.

Sampaio (2010, p. 27) ainda relata que:

O policiamento frequente e visível, em todas as horas e em todos os bairros de uma cidade, cria uma impressão de onipresença e onipotência. A reputação de que o policiamento ostensivo atende as ocorrências criminosas com rapidez e segurança, corre de boca em boca, através da imprensa falada, escrita e televisionada, e o futuro delinquente e contraventor se convence, sem necessidade de experiência pessoal, de que o serviço de policiamento não falha (SAMPAIO, 2010, p. 27).

Logo, o policiamento ostensivo preocupa-se em proporcionar a segurança das pessoas, utilizando diversas ferramentas no combate à criminalidade, como por exemplo, o uso de materiais e armamentos que fornecem uma atuação mais desenvolvida e eficaz, bem como o uso de objetos tecnológicos mais modernos, com o objetivo de solucionar às ocorrências e preservar a ordem pública (SAMPAIO, 2010).

Ainda seguindo o raciocínio de Sampaio (2010), a função básica do policiamento ostensivo é a de certificar uma ação preventiva quando se refere ao combate ao crime. Com base nesta forma de atuar, a polícia militar dispõe maiores possibilidades de sucesso e, ao mesmo tempo, intimida os criminosos, à reincidência, visto que exclui ou diminui as condições que se apresentam convenientes às práticas criminosas.

Com este método de policiamento em prática, a polícia é capaz de atuar com repreensão, para alcançar seus objetivos principais, que tendem a reduzir e eliminar a criminalidade, a partir de atividades que podem relacionar a prática geral de policiamento ostensivo, e as práticas urbanas e rurais, abrangendo estratégias direcionadas para o trânsito, o meio ambiente, a polícia montada, guardas e escoltas, assim como operações determinadas como especiais. (COSTA, 2011).

Importante destacar que para a perfeita eficácia do policiamento ostensivo, devem-se respeitar os fatores relacionados ao espaço envolvido na prestação dos serviços, as condições de acesso e de desempenho das tarefas para a eliminação da delinquência, além de ser indispensável uma avaliação às facilidades de acesso em nível de comunicação com a comunidade local, para que a polícia consiga cumprir um planejamento mais apropriado, com a apresentação das necessidades e das condições espaciais de determinada região. (COSTA, 2011).

A excelência do trabalho ostensivo da polícia precisa não só de uma condição específica, mas sim de variadas ocasiões que se condicionam à aplicabilidade das operações a serem sucedidas e que estejam voltadas para o fornecimento incondicional da segurança pública como um todo.

Salienta-se que o policiamento ostensivo exige estar unido às políticas de governo, sendo que segundo Najberg (2009, p. 39):

As políticas são estabelecidas com base em suas dimensões e abrange áreas: sociais, urbanas, de saúde, agrícola, dentre outras; creditícia, monetária, cambial e fiscal; federal, regional, estadual e municipal; e de assalariados, segurados da previdência social, exportadores e outras (NAJBERG, 2009, p. 39).

Sobre as políticas exercidas no âmbito governamental, Najberg (2009) assevera que elas facilitam o ambiente para uma política pública, que aparecem a partir dos sistemas, influências e organizações envolvidas nesse andamento. A política pública deve estudar o local onde habita o problema, as pessoas atingidas e as mudanças que o tal problema acarreta. É essencial informar-se sobre o

problema, para dirigir e encontrar soluções melhores e mais adequadas e um resultado favorável. O problema está ligado à determinada situação concreta decorrente da realidade social e provenientes de demandas políticas e sociais, de falhas identificadas, de juízos de valor sobre certa realidade e de compromissos políticos assumidos.

### 2.3 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – DEFINIÇÃO

Tecnologia da informação está ligada de modo direto com à comunicação entre as pessoas envolvidas em determinado processo. Diante disso, Campos (2011), observa que a Corporação da polícia militar tenta seguir os elementos doutrinários da Matriz Curricular Nacional, publicada pelo Ministério da Justiça (MJ), na qual se realçam as didáticas voltadas aos cursos de seleção, treinamento e capacitação dos policiais, com objetivo de se manter um canal aberto e estratégico de comunicação com o Serviço Nacional de Seleção Pública - SENASP.

Desse modo, o que podemos reparar é que a tecnologia da informação não está restrita apenas aos programas, equipamentos e comunicação de dados, mas também abrange pontos ligados ao aprimoramento e funcionalidade da polícia militar, facilitando o crescimento dos recursos humanos em diversas áreas, como na preparação do desenvolvimento de sistemas, suporte de softwares e hardwares, assim como na produção de estratégias voltadas para operações de rua para o combate ao crime (CAMPOS, 2011).

Beal (2001, p. 04) ressalta seus argumentos acerca do custo-benefício para implantação de TIC. Vejamos:

A tecnologia da informação tem um custo elevadíssimo e os computadores não possuem "poderes mágicos" de resolver problemas de gestão, racionalizar processos ou aumentar a produtividade. Máquinas e softwares idênticos executarão maravilhas em organismos bem-estruturados e organizados, mas serão apenas uma fonte de gastos aqueles que não planejarem adequadamente suas necessidades de informação (BEAL, 2001, p. 04).

A tecnologia de informação se faz tão importante para a Corporação, que chega a ser essencial, visto que é de seus recursos, que a gestão da polícia militar pode fortalecer um plano estratégico ajustado nas necessidades identificadas, bem como realizar ações de alterações para as próximas operações.

Por causa disso, percebe-se que a tecnologia de informação é adequada e viável para a reorganização de planos estratégicos da polícia especialmente por traduzir a possibilidade correta de avanço na qualidade dos serviços de segurança pública do estado. (RAMIRO, 2008).

Cuida-se não só da adequação das estratégias operacionais para a polícia militar mas também de um ponto de desenvolvimento de recursos humanos e materiais, desejando um combate mais aprofundado contra a marginalidade local, assegurando um futuro mais tranquilo para as futuras gerações, devido à prática de estratégias mais estáveis e direcionadas a diversos contextos. (RAMIRO, 2008).

## 2.4 A UTILIZAÇÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO NO POLICIAMENTO OSTENSIVO

O aperfeiçoamento da Tecnologia da Informação é um aspecto relevante para o desenvolvimento de inúmeras atividades que acontecem em locais de saúde, ensino e até industrial, na segurança pública não funciona diferente dos demais ambientes. Nessa área, quanto mais ocorre o aperfeiçoamento melhor se desenvolve as atividades policiais, pois o crime cresce e se aperfeiçoa de acordo com as estratégias de investigação, uma vez que os meios de comunicação existentes atualmente não permitem um retardamento nas divulgações de certos delitos (PMGO).

As informações são lançadas em todos os lugares e qualquer pessoa pode ter acesso a certas notícias, basta que esta já esteja disponível. Para que isso aconteça, podemos utilizar celulares, notebooks, tablets, ou qualquer outro instrumento tecnológico que esteja habilitado a transmitir informações seja onde for. Além disso, ainda existem outros produtos que são elaborados diariamente e que podem ser baixados ou acessados de forma gratuita (PMGO).

Contudo, os meios tecnológicos podem contribuir ou atrapalhar a atuação policial. A PMGO ressalta que dentre as tecnologias usadas pelo policiamento ostensivo, é possível citar as seguintes: as que são usadas no policiamento aéreo, através dos helicópteros, ou no policiamento terrestre, com o uso de radiopatrulhas, bem como por meio do policiamento à pé, no qual os militares fazem uso de celulares para se comunicar com as centrais (PMGO).

Destaca-se ainda, a eficiência do telefone, que é usado para a comunicação entre a sociedade e a PMGO, através do acesso ao 190, que é outro

meio de comunicação viável e que leva informações importantes à polícia, quer seja em nível de comunicação de crimes, acidentes de trânsito ou denúncias relativas a determinados fatos envolvendo a criminalidade, de forma a otimizar e dinamizar o trabalho operacional desta instituição (OPERAÇÕES ESPECIAIS. 37ª CIPM da PMGO).

## 2.5 CULTURA TECNOLÓGICA

O estudioso Rezende (2011, p. 02), destaca que: “quando a informação é trabalhada por pessoas e recursos computacionais, possibilitando a geração de cenários, simulações e oportunidades, pode ser chamada de conhecimento”.

O conhecimento, a comunicação e a informação, são reflexos de modelos sociais e coletivos, que são fundamentais para o sistema de informação, pois é através do conhecimento que a informação se integraliza, somando valores e tornando-se relevante para um certo propósito. Isto é, o conhecimento, a habilidade e as atitudes são fatores cruciais no desenvolvimento e no planejamento estratégico da polícia militar.

Leme (2005, p. 18) destaca:

O conhecimento é o saber, é o que aprendemos nas escolas, nas universidades, nos livros, no trabalho, na escola da vida. Sabemos de muitas coisas, mas não utilizamos tudo o que sabemos. A Habilidade é o saber fazer, é tudo o que utilizamos dos nossos conhecimentos no dia-a-dia. Já a Atitude é o que nos leva a exercitar nossa habilidade de um determinado conhecimento, pois ela é o querer fazer (LEME, 2005, p. 18).

Por consequência dos atuais índices de criminalidade, a polícia vem tentando recuperar e manter ações estratégicas direcionadas para a segurança pública, mas para que isto aconteça, é necessário equipar-se de recursos tecnológicos e humanos compatíveis aos anseios locais. Todavia, de acordo com Ramiro (2008), “Toda função profissional precisa ter suas responsabilidades claramente definidas e de conhecimento das pessoas que irão exercê-las”.

Portanto, os recursos humanos são significativos para o desempenho da Corporação, desde que conserve suas habilidades constantemente atualizadas, combinando culturas, experiências e inovações, às estratégias operacionais da polícia militar.

### 2.5.1 Atividade de Inteligência

No que tange a atividade de inteligência, percebemos que desde o princípio da civilização, busca-se encontrar métodos de descobrir novos fatos sobre a vida, com o intuito de satisfazer as necessidades dos indivíduos e sua segurança.

Desde seu início, a atividade de inteligência, se mostra como uma forma de proteção utilizada pelas autoridades, ou seja, além de servirem para resguardo da comunidade, servem para sua própria segurança. Dessa forma, constata-se que a atividade de inteligência não se relaciona somente no que é interesse do Estado, mas alcança toda a sociedade, incluindo o desejo de suposições no sentido de criar novos projetos para minimização das situações de conflito, em benefício da comunidade, Estado e polícia.

A atividade de inteligência no Brasil, passou a ser conhecida como atividade de informação, pois possui uma estruturação cercada de questões confusas, isso acontece pela ocorrência de relações de poder que as movem desde o princípio.

No Brasil, o primeiro serviço de inteligência aconteceu no ano de 1956, por desígnio do então presidente da República Juscelino Kubitschek, e recebeu o nome de Serviço Federal de Informação e Contrainformação, o mesmo atuou até o ano de 1964. Durante a ditadura militar, o citado serviço de informação recebeu substituição pelo Serviço Nacional de Informações que trabalhou efetivamente no combate de movimentos sociais.

Destaca-se que a Lei nº 9.883/1999, dispõe em seu artigo 1º, que o Sistema Brasileiro de Inteligência tem como finalidade:

A preservação da soberania nacional, a defesa do Estado Democrático de Direito e a dignidade da pessoa humana, devendo ainda cumprir e preservar os direitos e garantias individuais e demais dispositivos da Constituição Federal, os tratados, convenções, acordos e ajustes internacionais (BRASIL, Lei nº 9.883 de 7 de dezembro de 1999).

Todavia, os fatores da modernidade e os acontecimentos de conflitos obrigam que seja desenvolvido um padrão de inteligência na segurança pública, que extrapole os fatores e sobretudo reafirme a relevância das atividades de inteligência para o Estado, e que principalmente contribua na proteção da comunidade, resultando no incentivo de exercício da cidadania.

### 3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Polícia Militar de Goiás, bem como as polícias de todo o País, possuem a obrigação instituída constitucionalmente, de assegurar a segurança pública e ordem social, realizando o policiamento ostensivo para o cumprimento deste dever.

No decorrer do trabalho policial, seja ele qual for, o policiamento exige a coleta de diversos dados importantes para dar seguimento aos possíveis tramites legais e para isso, a tecnologia da informação surge como meio fundamental para celeridade e qualidade no serviço realizado.

Em Goiás a polícia militar que usufrui de uma composição de materiais técnicos e financeiros, com a pretensão de sanar as necessidades de policiamento e lutar contra a criminalidade em seu espaço de trabalho.

A história da Polícia Militar de Goiás expressa o tamanho do progresso a níveis estruturais e funcionais, tendo em vista que antigamente, efetuou-se o recrutamento de inúmeros civis que não detinham nenhum conhecimento para o policiamento, pois a ajuda de custo que a corporação recebia, dava apenas para cobrir as carências de armamento e o que fosse urgente aos profissionais e a sociedade.

À medida em que as instituições foram se estruturando e aplicando novas ideias para alcançar os objetivos, o comportamento foi se ajustando a isso, então as necessidades da sociedade começaram a ser atendidas, pois até então as pessoas eram notadas como um recurso, e não como seres humanos que deveriam ter seus direitos e deveres disponíveis. Foi após alguns anos que a PMGO ganhou força e sua representação era mais efetiva em toda a região Centro-Oeste do país. Somente em 1889, depois da Proclamação da República a Corporação ganhou destaque no que se referia à autonomia das operações, nunca deixando de atentar para as regras impostas pela constituição vigente.

Essas alterações mostravam que a PMGO estava se adaptando às modificações dos dias de hoje, e passaram a ajustar os planejamentos conforme as urgências que apareciam. Dessa maneira a Polícia Militar goiana passou a ser um referencial rico, no decorrer dos anos, à medida que iam ultrapassando as dificuldades ao mesmo tempo produzia frutos de satisfação que até hoje orgulham o policiamento do estado goiano.

As transformações consecutivas do mundo, faz com que a sociedade busque sempre a inovação, e desse modo adaptar-se às novas tecnologias. Contudo, conforme o desenvolvimento acelerado das cidades e da tecnologia as pessoas passaram a exigir cada vez mais pela melhoria nos serviços prestados. Destaca-se que a PMGO é uma organização pública que se dispõe a prestar serviços à população, com intuito de preservar a segurança pública, baseando-se na Constituição Federal, a qual ressalta a relevância da prática do policiamento ostensivo nas ruas.

Sugere-se que sejam realizados investimentos constantes em cursos que qualifiquem os policiais da Polícia Militar de Goiás, pois muitas vezes determinado meio de tecnologia da informação exige uma capacitação mais elevada para o manuseio do mesmo. No entanto, não se deve considerar que investir em recursos tecnológicos, caracteriza como um gasto a mais para a Instituição, mas devemos analisar pelo lado de que pode ser um bom negócio para o combate de crimes e violência.

Salienta-se ainda que é fundamental que a sociedade saiba sobre os investimentos feitos para que os meios de tecnologia da informação funcionem perfeitamente. Nesse caso, é importante que a PMGO faça divulgações mais expressivas para a comunidade goiana como a criação de cartazes que anuncie qual a missão e visão da polícia, exibindo os pontos hábeis, e também expor propagandas que revelem os valores que terão para a população goianiense. Além disso é importante que a polícia tenha uma relação mais próxima da sociedade, buscando maior interesse pelas necessidades do povo.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O uso da tecnologia da informação está estreitamente relacionada com a atividade de inteligência, a qual atravessa a história da sociedade e foi contatado como uma fonte poderosa para estabelecer estratégias que resultem no controle sobre as pessoas.

No entanto, podemos observar através desta pesquisa que as atualizações tecnológicas tem sido cada vez mais utilizadas no que diz respeito a segurança das informações, essa segurança se agrava principalmente quando ocorre em ambientes corporativos. Sendo assim, é fundamental que haja

compromisso por parte das pessoas responsáveis por cuidarem da segurança de todo e qualquer tipo de dados, especialmente os que tangem a segurança pública e demais órgãos responsáveis pela segurança social.

Baseando-se nas bibliografias encontradas para o desenvolvimento deste trabalho, constatou-se que a informação é a peça chave para a devida organização, pois ela pode ser criada e alterada, transmitida ou retida, guardada ou excluída por meios eletrônicos mesmo. No entanto, devem ser mantidas em sigilo, totalmente afastadas de qualquer tipo de ameaça moderna ou tecnológica.

Como toda informatização comum está exposta a vírus e hackers, com as informações da corporação também não é diferente, problemas como esse pode acontecer e ocasionar a perda de dados importantes, por isso se faz necessária a instituição de métodos que façam com que, se porventura ocorra algum tipo de invasão como essas, os dados sejam assegurados.

Finalmente, a atividade de tecnologia da informação em conjunto com a atividade de inteligência na segurança pública, serve para exceder os critérios de construção de evolução da cidadania e amplia a eficácia dos planos das atividades em segurança pública. O intuito é fazer com que as informações e a atuação da inteligência seja para defender a sociedade, o os cidadãos, os direitos e interesses individuais e coletivos e sobretudo o Estado.

## REFERÊNCIAS

BEAL, Adriana. **Introdução à Gestão da Tecnologia da Informação**. Maio/2001. Disponível em: [http://2wtx.com/2beal/ti/manuais/GTI\\_INTRO.PDF](http://2wtx.com/2beal/ti/manuais/GTI_INTRO.PDF). Acesso em 15 fev. 2018

BRASIL. Lei nº 9.883 de 7 de dezembro de 1999. Institui sobre o Sistema Brasileiro de Inteligência.

CAMPOS, Alexandre Flecha. **Os Avanços do Princípio do Uso da Força na PMGO**. Disponível em: <http://www.pm.go.gov.br/PM/index.php?p=PM+leia+noticia&link=2&id=35634>. Acesso em: 15 fev. 2018.

COSTA, C. **Policiamento Comunitário em Goiás. Artigo publicado no site da Polícia Militar do Estado de Goiás – PMGO**. Disponível em:

<http://www.pm.go.gov.br/PM/index.php?p=PM+leia+noticia&link=2&id=35379>. Acesso em: 22 fev. 2018.

NAJBERG, Estela. Unidade 2 – **Políticas Públicas: Uma Breve Abordagem**. Ministério da Educação. Universidade Federal de Goiás – UFG. Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas. Coordenadoria do Curso de Administração, 2009.

PMGO – POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS. **Missão e Visão**. Disponível em: <http://www.pm.go.gov.br/PM/index.php?p=PM+Missao+Valor&link=11&t=17>. Acesso em: 20 fev. 2018.

RAMIRO, M.L. **Gestão da Segurança da Informação: certificação digital**. Dissertação de conclusão do Mestrado de Gestão Internacional – Master in International Management – Escola Brasileira de Administração Pública e Empresarial no Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas 2008.

REZENDE, D.A. **Curso Gestão do Planejamento Estratégico**. Resumo do Módulo “Informações Estratégicas”. Publicado no Portal do TJPR - ESEJE. Disponível em: [www.portal.tjpr.jus.br/c/document\\_library/get\\_file?folderId...doc](http://www.portal.tjpr.jus.br/c/document_library/get_file?folderId...doc). Acesso em: 19 fev. 2018.

SAMPAIO, A.; et al. **Projeto Endireitando o Trânsito**. Publicado em jul./2010. Disponível em: [http://www.endireitandootransito.com.br/site/?page\\_id=2](http://www.endireitandootransito.com.br/site/?page_id=2). Acesso em: 10 fev. 2018.